

O EDUCADOR E A PRÁTICA DE EDUCAÇÃO PREVENTIVA INTEGRAL

THE EDUCATOR AND THE PRACTICE OF INTEGRAL PREVENTIVE EDUCATION

LIMA, Tatiane Delurdes de
MONTEIRO, Michelle Popenga Geraim
ASINELLI-LUZ, Araci

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo enfatizar o papel do educador (professor/educador social) como agente de prevenção do abuso de drogas e do *bullying* escolar. Decorre de pesquisas de abordagem teórica, qualitativas, a partir de autores da área de prevenção do abuso de drogas, *bullying*, Cultura da Paz e Pedagogia Social. Enfatiza-se o estudo e suas possíveis reflexões acerca da importância das relações entre as temáticas voltadas a educação preventiva integral, salientando a relevância destas para a formação de educadores e suas práticas. Reforça-se o interesse da mobilização de discussões sobre as possibilidades de prevenção, ampliando o diálogo entre a comunidade escolar, voltadas ao desenvolvimento integral dos escolares.

PALAVRAS-CHAVE:

Abuso de drogas. Adolescência. *Bullying*. Cultura da Paz. Pedagogia Social.

ABSTRACT:

The purpose of this article is to emphasize the role of the educator (teacher / social educator) as an agent for the prevention of drug abuse and school bullying. It comes from researches of theoretical approach, qualitative, from authors of the area of prevention of drug abuse, bullying, Culture of Peace and Social Pedagogy. We emphasize the study and its possible reflections on the importance of the relations between the themes focused on integral preventive education, highlighting the relevance of these to the education of educators. The interest of the mobilization of discussions about the possibilities of prevention is reinforced, expanding the dialogue between the school community, aimed at the integral development of the adolescent.

KEYWORDS:

Drug abuse. Adolescence. Bullying. Culture of Peace. Social Pedagogy.

1. Introdução

O presente estudo tem como foco o educador, seja ele educador social, professor, pedagogo social e/ou escolar, com a intenção de refletir sobre a atuação teórico-metodológica e sobre o contexto da prevenção de problemáticas envolvendo escolares. No âmbito teórico-metodológico, procura-se conhecer e dar conhecimento sobre o papel exercido pelos educadores com base na literatura analisada, envolvendo a Pedagogia Social (MACHADO, 2002; TRILLA; GANHEM; 2008), a Educação Preventiva Integral (AUTOR, 2014) e a Cultura da Paz (UNESCO, 2010; SALLES FILHO, 2008). Desta maneira, contribui para a difusão de conhecimentos sobre as possibilidades de prevenção dentro das escolas, comunidades e demais espaços de convivência.

O envolvimento do educador com a comunidade onde a escola está inserida possibilita a articulação de ações para a superação do abuso de drogas, diminuição do cenário de outras violências (*bullying*, por exemplo), superação de riscos e vulnerabilidades sociais. Pode provocar discussões preventivas, proativas e protetivas para o contexto familiar e comunitário. Com ênfase no desenvolvimento humano e suas potencialidades junto aos educandos, a Pedagogia Social, enquanto campo da educação social, constrói e fortalece vínculos afetivos, estimula a consciência e participação comunitária, o protagonismo, a vivência da cidadania, incentiva a convivência por meio dos campos familiares, escolares e comunitários (MACHADO, 2002).

O número de pesquisas atuais sobre *bullying* escolar tem aumentado significativamente no meio acadêmico. Autores da área educacional (LOPES NETO, 2011; AUTOR, 2017, TOGNETTA, 2013; 2015; SALMIVALLI, 1999; 2010; 2014) questionam este fenômeno social como uma das dificuldades mais comuns enfrentadas nas escolas, considerando-o como um problema de saúde pública pela sua alta disseminação entre estudantes. Além disso, o fenômeno não escolhe pessoas, pois “a presença do *bullying* revela-se predominante no ambiente escolar e tende a ser observado como natural e transcendente em relação às diferenças socioeconômicas, etárias ou, ainda, de gênero” (GONZÁLEZ, 2016, p. 135).

O termo *bullying* é utilizado para referir-se a um tipo específico de violência, que se caracteriza por atitudes agressivas, que acontecem entre pares, de forma intencional, repetitiva e premeditada causando prejuízo(s), ao menos para uma das partes. Para justificar as proporções do *bullying* no ambiente escolar, os dados da última Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE), em 2015 (foram realizadas três edições – 2009, 2012 e 2015), mostram o fenômeno presente em 7,4% dos

escolares brasileiros que frequentam o 9º ano do ensino fundamental, que são vitimizados e 19,8% de estudantes que afirmam serem agressores, revelando um aumento desde a primeira versão da pesquisa realizada em 2009, com 5,4% dos estudantes declarando-se vítimas e Curitiba, capital do Paraná, no Sul do Brasil, como a terceira capital com maior índice de manifestação do fenômeno (BRASIL, 2009; 2016).

O *bullying* tem se mostrado com mais facilidade no meio estudantil, nos diversos contextos escolares vivenciados pelas crianças e adolescentes, uma vez que é na escola que há intensa socialização nestas faixas etárias, permitindo manifestações de relações interpessoais com atitudes positivas e negativas. Neste sentido, os valores de convivência como respeito, diálogo, cooperação e ética estão sendo deixados em segundo plano, prejudicando as relações humanas harmoniosas. Assim, estudos (SALLES FILHO, 2008; AUTOR, 2017b) mostram a importância da compreensão deste fenômeno para possíveis formas de prevenção e minimização e sua relevância como tema para formação de educadores.

Em meio a este contexto complexo de violências, mudanças sociais e políticas, a formação de educadores precisa ir além do domínio específico de conteúdo e sua metodologia, adentrando um espaço de formação humana, polêmico nos dias atuais, tendo em vista a resistência de grupos radicais a aceitar que a educação cidadã ultrapassa os limites dos lares e acontece, de forma complementar, na escola e na sociedade. Assim, o educador, diante da dinâmica social, estuda, interpreta, posiciona-se frente aos fatos, assumindo-se como um educador capaz de produzir o conhecimento histórico, culturalmente construído e contextualizado frente aos educandos. Portanto, considerando esta formação abrangente para os educadores que atuam com crianças e adolescentes, bem como o ambiente permeado de violências, destaca-se a importância da Educação para Paz como prática metodológica e preventiva da Cultura da Paz em relação às manifestações de violência escolar e suas nuances (SALLES FILHO, 2008).

Outro fator agravante apontado por pesquisas envolvendo adolescentes diz respeito ao abuso de drogas - lícitas e ilícitas. No ano de 2009, de acordo com a PeNSE (2009), a cidade de Curitiba esteve em primeiro lugar do *ranking* nacional sobre o maior número de adolescentes e jovens que já consumiram bebidas alcoólicas, cigarros e drogas ilícitas. Em 2012, esse número baixou, porém, a Capital paranaense conquistou o segundo lugar em relação às drogas ilícitas (BRASIL, 2009; 2012), o que não se caracteriza como mérito. Em 2015, mesmo com a decaída do *ranking*, em relação às

bebidas alcoólicas, Curitiba esteve relevante na pesquisa: “Quanto ao consumo atual de bebida alcoólicas nos Municípios das Capitais, Porto Alegre (40,7%), seguido por Florianópolis (30,3%), Campo Grande (28,9%), Rio de Janeiro (27,5%) e Curitiba (27,4%) são destaques para esse indicador” (BRASIL, 2016, p. 60).

Diante de um cenário de violências contra escolares, reforça-se a importância de mobilização da atenção e proteção, ampliando o diálogo no contexto familiar, escolar e comunitário, a fim de oferecer alternativas de prevenção voltadas ao desenvolvimento da criança, do adolescente e suas potencialidades (AUTOR, 2017a).

Essas considerações direcionam o presente estudo para a seguinte pergunta norteadora: quais as ações que o educador (professor/educador social) pode desenvolver para a prevenção das violências escolares na infância e adolescência? Para isso, a pesquisa então compõe-se de um estudo que abrange o desenvolvimento humano e as relações sociais, das posturas que o educador pode construir ao trabalhar com escolares, atuando com a prevenção e o estímulo da formação da consciência de sujeitos de direitos ativos e protagonistas de suas histórias. Trata-se de um estudo qualitativo e teórico. O objetivo geral do estudo é compreender o papel do educador como agente de prevenção do abuso de drogas e *bullying*.

Nesse âmbito, a relevância do estudo para o campo da área educacional justifica-se em razão da produção de conhecimento sobre o âmbito teórico-metodológico de educadores que atuam com escolares, em que esses influenciam direta e indiretamente no comportamento e no desenvolvimento, por meio da construção de vínculos afetivos. Ademais, poderão ser construídas práticas para o fortalecimento das relações sociais, de ações preventivas, além de tornar-se um meio de suscitar discussões entre sociedade acadêmica e demais agentes inseridos no campo da Educação.

2. *Bullying* escolar, suas manifestações no desenvolvimento humano e a promoção da Educação para a Paz

Depois do microssistema familiar, o microssistema escola é o segundo espaço bioecológico de maior convivência entre pares e de manifestações de experiências coletivas, de formação de identidades e de aprendizado cognitivo e social. Por isso, o ambiente escolar deve proporcionar aos estudantes nele inseridos, o desenvolvimento humano necessário. A escola, enquanto instituição

social, promotora da socialização, reflete os conflitos e diferenças que surgem por meio dos tipos e possibilidades de relacionamentos existentes e repercute as transformações que acontecem no mundo, lidando com as diferentes implicações que os mesmos exigem. O preparo dos estudantes para superarem as adversidades que aparecem neste percurso é fundamental, em especial na formulação de soluções para a resolução de conflitos (DESSEN; POLONIA, 2007).

Porém, diversos pesquisadores (LOPES NETO, 2011; AUTOR, 2017, TOGNETTA, 2013; 2015; SALMIVALLI, 1999; 2010; 2014) têm se preocupado com o aumento das violências e a dimensionalidade que as mesmas atingem entre os estudantes. Dentre elas, destaca-se o *bullying* escolar, que tem se revelado como um fenômeno de proporção mundial. Por essa razão, há urgência em se pensar a prevenção da violência na escola e na sociedade, uma vez que o *bullying* ainda se manifesta de forma velada, dificultando seu diagnóstico e compreensão.

Os estudos da temática se intensificaram e ganharam notoriedade na década de 70, pelo pesquisador sueco Dan Olweus, que iniciou suas pesquisas devido à intensidade das manifestações de violência em seu país, especificamente o *bullying*, culminando no suicídio de três adolescentes. Seus estudos desenvolveram os primeiros critérios de análise sobre o fenômeno e seus envolvidos (OLWEUS, 1993).

No Brasil, um dos primeiros pesquisadores do tema foi o pediatra Aramis Lopes Neto, que, junto à Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA), realizou uma das primeiras pesquisas sobre as características violentas em uma amostra de 5.500 estudantes do ensino fundamental, etapa final, revelando que o *bullying* estava presente nas escolas e que não havia mecanismos de orientação e prevenção do mesmo no ambiente escolar (LOPES NETO, 2005). Mesmo assim, com as pesquisas ganhando forças dentro da temática nos últimos anos, o Brasil ainda conta com um atraso nos estudos do *bullying* em relação a outros países e não possui uma vasta literatura acadêmica sobre o tema na área educacional (FANTE, 2005; LOPES NETO, 2005; 2011; ROCHA, 2010), embora tenha desenvolvido uma legislação de criminalização do *bullying* nas escolas, por meio da lei 13.185/15 e de prevenção e implementação da Cultura da Paz pela lei 13.663/18.

Sendo assim, não há dúvidas de que todos os envolvidos são afetados pelas manifestações de violência que o *bullying* proporciona na vida dos estudantes e demais presentes na comunidade escolar e, portanto, pode-se considerá-lo como relacional, sistêmico e complexo. A Teoria

Bioecológica do Desenvolvimento Humano (2011) permite inferir que o *bullying* se apresenta por meio das relações dinâmicas entre os sujeitos e seus ambientes de contato, concordando que, se o ambiente escolar se mostra como hostil e desequilibrado, os indivíduos serão afetados não somente em sua aprendizagem, mas em seu desenvolvimento humano pleno, através de sentimentos de medo, angústia e insegurança. Assim, devido à intensificação das relações humanas, as crianças e adolescentes podem ou não aprender a resolver seus problemas e conflitos, que acontecem com bastante frequência entre os mesmos. A construção dos sujeitos, portanto, envolve as relações interpessoais, bem como a trama de relações favorecidas ou não nos microsistemas do desenvolvimento humano (AUTOR, 2017b).

Ainda explicando o fenômeno *bullying* a partir da perspectiva da Bioecologia do Desenvolvimento Humano, cabe ressaltar a importância da qualidade do *componente pessoa* como fator determinante para as relações saudáveis no ambiente escolar. “A disponibilidade para a relação de qualidade é fator de proteção e prevenção do *bullying* na escola” (AUTOR, 2018, p. 12). Enfatiza-se, portanto, a relevância de uma qualidade de educadores voltada para o estabelecimento de práticas pedagógicas que promovam as relações interpessoais adequadas a fim de fundamentar o desenvolvimento humano integral. Rocha (2010), com base em pesquisa sobre violência escolar a partir do registro em Boletins de Ocorrência na Delegacia de Polícia de Proteção à Mulher, à Criança e ao Adolescente de Florianópolis, afirma que a omissão, o despreparo ou o silêncio dos educadores frente as primeiras manifestações de violências parecem contribuir para padrões mais intensos de violências, entre elas o *bullying*. Bronfenbrenner (2011) é enfático ao afirmar que as mudanças nos ambientes são determinantes para mudanças de comportamento.

Por estes motivos, não se pode negar as relações que o *bullying* possui com os valores humanos presentes na sociedade. As demonstrações das violências, construídas culturalmente, inclinam-se para a naturalização das atitudes agressivas, sendo vistas como ‘normais’ pelos indivíduos. Neste sentido, o *bullying* é, por diversas vezes, encarado nas escolas como ‘típicas brincadeiras da idade’, o que permite adiar a identificação precoce do fenômeno. É fundamental a investigação e diagnóstico do fenômeno nas escolas e sua repercussão na vida das crianças, para que se possa caracterizar e verificar a incidência e a abrangência do *bullying*.

Nesse sentido, é evidente a demanda pela ampliação das discussões sobre a Cultura da Paz na área educacional, pois há um esgotamento nos modelos de enfrentamento das violências de modo geral,

levando os educadores e comunidade escolar a buscar novos formatos que atendam os aspectos preventivos para que as atitudes agressivas sejam minimizadas. Entende-se que a prevenção é o caminho para o enfrentamento das violências escolares e isso exige capacidade técnica e humana, habilidades pró-sociais dos educadores para isso, bem como a participação da família, da sociedade e dos gestores públicos (SALLES FILHO, 2008; AUTOR, 2017b; AUTOR; 2018). Assim, na discussão sobre o *bullying* e violências, a Cultura da Paz aparece como fundamento e metodologia, sendo alicerce e base para as iniciativas de prevenção do fenômeno. Portanto, a ênfase na sistematização nas relações de paz no interior das escolas, bem como o aprofundamento nesta temática, é fundamental para melhorar e aprimorar os programas e projetos de minimização e de prevenção do *bullying*.

Partindo destes pressupostos de prevenção, pode-se dizer que a construção da paz está relacionada ao processo de práticas de convivências não violentas, dando ênfase aos valores pessoais e sociais, estabelecidos nos pressupostos do diálogo, do respeito e da diversidade. A partir do pensamento de Paulo Freire, demonstra-se uma postura de generosidade e compreensão diante das diferenças sociais e culturais, tolerância e respeito à leitura de mundo do outro. Nas obras escritas pelo autor, sempre ressaltou a luta pela paz por meio da educação (FREIRE, 1996; SALLES FILHO, 2008). Ana Maria Freire cita em um dos seus artigos, o posicionamento de Paulo Freire em relação a estes valores:

A Paz tem sua grande possibilidade de concretização através do diálogo freireano porque ele inscreveu na sua epistemologia crítica a intenção de atingi-la. O diálogo, que busca o saber fazer a Paz na relação entre subjetividades entre si e com o mundo e a objetividade do mundo, isto é, entre os cidadãos e a possibilidade da convivência pacífica, é a que autentica este inédito-viável (FREIRE, 2006, p.392).

Desse modo, a educação precisa estar pautada nos princípios que defendem a tolerância e o respeito aos direitos humanos, uma vez que o ensino de valores sociais e culturais são essenciais para a construção de uma sociedade democrática, solidária e não-violenta. O movimento que agrega a Educação para Paz como uma forma metodológica de ensino dos valores, a partir da Cultura da Paz, necessita ser permanente e contínua, em um trabalho diário realizado pelos educadores, pais,

estudantes e comunidade escolar, envolvendo mudanças comportamentais e ações individuais e coletivas em favor da transformação social. A ênfase deve ser na promoção do diálogo, cooperação, respeito, direitos humanos, altruísmo, resolução de conflitos, participação pacífica e trabalho em equipe (SALLES FILHO, 2008).

O papel do educador é fundamental no que concerne à identificação do fenômeno por meio de possíveis casos. Uma boa conversa, diálogos entre estudantes vitimizados e interações sociais podem ajudar a modificar o quadro de violências envolvendo escolares em seus microsistemas de convivência. O educador é importante neste processo de alteração da realidade vivida, já que é ele quem permanece maior tempo interagindo com o escolar em sala de aula e/ou outro espaço do sistema bioecológico. Por isso, o educador pode auxiliar na promoção de atitudes educativas que incentivem a diminuição do *bullying*, minimizando as agressões e represálias, promovendo uma dinâmica de sala de aula mais igualitária e participativa e proporcionando um ambiente mais adequado para que a aprendizagem de fato aconteça da melhor forma possível (FANTE, 2005).

Em relação à Educação para a Paz e que, em nosso entendimento, servem para pensar a formação de professores: a primeira é a educação para o desenvolvimento sociopessoal, que observa as relações interpessoais dentro e fora da escola, além da análise de como os indivíduos se relacionam com instituições, estruturas e a sociedade; o segundo é a educação para a cidadania relacionada à participação ativa e o desenvolvimento da liderança, do autocontrole e responsabilidade pelos próprios atos, com a capacidade de analisar e criticar acontecimentos sociais; a terceira dimensão é a educação cultural, observada na tolerância, solidariedade, diversidade e pluralidade (SALLES FILHO, 2008, p. 3184).

Vale ressaltar que o *bullying* é um tipo de violência específico, que em geral, ocorre dentro do ambiente escolar, pois é ali que há uma concentração de crianças e adolescentes convivendo entre pares. Posto isto, as escolas de modo geral, devem atentar-se para a qualidade das relações entre os estudantes, para que dentro de um ambiente assertivo e construtivo, possam desenvolver mecanismos para resolução de conflitos, uma vez que havendo uma sensibilidade moral adequada,

as crianças desenvolvam sentimentos de empatia, diminuindo assim práticas violentas. É preciso que a escola trabalhe com a sensibilização e com a conscientização de um ambiente acolhedor e com um bom clima escolar, para contribuir com uma qualidade das relações interpessoais na escola. A escola como um todo precisa refletir sobre as condutas e sobre a forma como as interações sociais estão ocorrendo em seu interior, para promover políticas de prevenção e intervenção efetivas, que trabalhem e estimulem os estudantes a viverem de forma cooperativa, bem como a formação de professores voltada para estes mesmos valores sociais. Logo, é necessário ter um olhar sobre os fatores que levam os estudantes a terem atitudes agressivas, identificando assim problemas interpessoais, partindo do pressuposto da análise destas relações e dos seus ambientes, como sistemas interdependentes (AUTOR, 2017b).

3. Abuso de drogas: educadores como agentes da educação preventiva integral

As transformações políticas, econômicas e sociais que atingem a sociedade contemporânea exigem dos sujeitos olhares diferenciados para a promoção de ações coletivas a favor da convivência social. Com o crescimento populacional e o consumo em massa, torna-se cada vez mais evidente os conflitos relacionados à construção de identidade, influências ao abuso de drogas, *bullying*, violação de direitos, desrespeito à natureza e aos seres humanos, isolamento social e outras problemáticas advindas de um histórico de uma coletividade com injustiças e desordens sociais (ARAUJO; LUVIZOTTO, 2012).

Em relação à essas problemáticas que afetam os escolares, há o abuso de drogas lícitas e ilícitas. Sobre isso, índices em relação à temática, em 2009, mostram a Capital paranaense em primeiro lugar no ranking. Com a maior frequência (35,0%) de escolares que já fizeram uso do cigarro aparece Curitiba, seguindo-se Campo Grande (32,7%) e Porto Alegre (29,6%). Em relação à experimentação de bebida alcoólica, dentro do percentual de 71,4% dos estudantes que fizeram uso de álcool, 80,7% são de Curitiba, seguido por 55,1%, em Macapá. Nesse dado, a frequência maior de experimentação foi com estudantes do sexo feminino, com 73,1%. Sobre o uso de algum tipo de droga ilícita (maconha, cocaína, crack, cola, loló, lança perfume, ecstasy), novamente, Curitiba atingiu o maior percentual (13,2%), sendo o sexo masculino o mais frequente no uso de drogas ilícitas (10,6%) e, do sexo feminino, um percentual de 6,9% (IBGE, 2009).

Em 2012, a pesquisa destacou que Curitiba esteve em segundo lugar em relação ao uso de cigarro

entre estudantes, onde Campo Grande representou a maior proporção (37,1%), seguido de Curitiba (31,7%). Em relação ao uso de drogas ilícitas, a PeNSE de 2012 revelou que os maiores percentuais foram em Florianópolis (17,5%) e, novamente, em Curitiba (14,4%). Nesse dado, o sexo masculino foi o mais frequente no uso de drogas ilícitas (8,3%), em relação ao sexo feminino (6,4%). Em 2015, em relação ao consumo de bebidas alcoólicas, Curitiba permaneceu entre as quatro capitais em que os estudantes mais consomem a droga, sendo novamente o sexo feminino (44,7%) prevalente ao masculino (40,9%).

Ao comparar os dados da PeNSE, de 2009 e 2012, verificou-se que o percentual de estudantes que fizeram uso de cigarros manteve-se estável (6,0%), assim como o de experimentação de bebidas alcoólicas (70,5%). Em 2015, o índice de uso de cigarros foi de 7,0 %, enquanto do consumo das bebidas obteve 55,5%. Percebe-se o aumento quanto ao cigarro e, a diminuição sobre as bebidas. Outro dado alarmante diz respeito ao abuso de drogas ilícitas, sendo de 7,3% dos estudantes em 2012 e, 9,0% em 2015 (IBGE, 2009; 2012, 2016).

Destaca-se a influência que o abuso de drogas - lícitas e ilícitas - pode causar no escolar, acometendo fatores físicos, psicológicos e sociais. Devido às suas propriedades, as drogas, em geral, interferem no comportamento, no estado emocional, expondo o escolar a fatores de risco. Desse modo, há consequências no âmbito individual, familiar e social, prejudicando a saúde e o desenvolvimento sadio (AUTOR, 2014).

Em geral, o abuso de drogas causa prejuízos a todos os seres humanos, seja no âmbito familiar ou social. Nas crianças e adolescentes, por serem sujeitos vulneráveis por sua natureza, essa situação se agrava. Devido às transformações, conflitos e construção de identidade, tornam-se ainda mais problemáticas: causando dificuldades, aflições e deficiências relacionadas aos fatores biológicos, psicológicos e sociais (AUTOR, 2017a, p. 60).

Mesmo com compreensão de que o abuso de drogas na adolescência traz consequências negativas para o desenvolvimento e socialização, são inúmeros os motivos para esse abuso, desde um desejo pessoal (curiosidade, fuga de problemas, relação a autoestima...), a uma necessidade social (*bullying*, reconhecimento ou inserção grupal...). Como a adolescência é uma importante etapa da

vida devido à construção da identidade, os escolares nesta etapa do desenvolvimento, também se tornam vulneráveis. É preciso prevenir problemáticas e conflitos, a fim de proporcionar a valorização do ser em sua trajetória de vida.

Como fator fundamental para antecipar demandas dos escolares, a prevenção se faz necessária, no sentido de evitar que o problema seja instaurado. Prevenção é acolher o sujeito em sua história, em seu contexto, em suas necessidades e permitir que se torne protagonista, atuando diante dos desafios, a fim de enfrentá-los. A perspectiva da Educação Preventiva Integral propõe o diálogo como mediador nas interações sociais, desenvolvendo a empatia e reforçando o processo educativo para a liberdade e respeito ao ser humano (AUTOR, 2014).

Salientando a interação social para a construção de comportamentos e ações voltadas à promoção da identidade de cada escolar, as relações interpessoais se fazem presentes por auxiliarem no estabelecimento de bases psicossociais a partir da estrutura biológica e de sua referência no mundo. Para Vygotsky (1995), essas relações ocorrem por meio de mudanças entre a formação do sujeito e as conexões que estabelece no meio em que vive. Nessa perspectiva, com as vivências, há a constituição de um processo de transição de ideias, sentimentos e condutas que refletem na pessoa. Essa construção relaciona-se com as necessidades biológicas, interesses e influências externas, na qual se desenvolvem conjuntamente, organizando ligações entre o objetivo e o subjetivo em todas as fases do desenvolvimento humano.

A vida social cria a necessidade de subordinar a conduta do indivíduo às exigências sociais e forma, ao mesmo tempo, complexos sistemas de sinalização, meios de conexão que orientam e regulam a formação de conexões condicionadas no cérebro de cada indivíduo. A organização da atividade nervosa superior cria a premissa indispensável, cria a possibilidade de regular a conduta desde fora (VYGOTSKY, 1995, p. 86).

Enfrentar desigualdades, riscos e vulnerabilidades sociais exige conhecimentos e estudos voltados à compreensão de fatores econômicos, socioculturais, psicológicos, políticos e de contextualização comunitária, a fim de elaborar e desenvolver metodologias de ação coletiva para a superação de problemáticas. Paulo Freire (1996) apresenta que essas relações estabelecidas pelos sujeitos

permitirão a construção coletiva dos conhecimentos, havendo mudanças significativas para o exercício da criticidade, da dialogicidade e do potencial transformador.

Nesse aspecto, a Educação Preventiva Integral contempla o desenvolvimento pleno do ser humano, para que promova seu crescimento, tanto individual, quanto coletivo. Como incentivo ao diálogo, troca de experiências e interações sociais, permite o alcance da compreensão do papel cidadão no mundo, da consciência da trajetória de vida, da projeção do futuro, da contribuição para a vida em sociedade e da conscientização da posse de particularidades, funções, intencionalidades e ações transformadoras. É preciso conhecer o sujeito e atuar antecipadamente ao problema. É estimular o desenvolvimento pleno e suas relações sociais para que seja possível suprir suas demandas e prevenir fenômenos que prejudiquem sua evolução (AUTOR, 2014; AUTOR, 2017a; ALMEIDA; ARONE, 2017).

A educação, mesmo presente em distintos espaços, auxilia na expansão de conhecimentos e no desenvolvimento da autonomia dos sujeitos, seja de forma sistematizada ou livre. Essa diversidade na área da educação promove muitos benefícios, pois, atende a várias necessidades individuais e coletivas. Seu campo amplo abrange aspectos intelectuais, afetivos, sociais e para os mais variados objetivos, desde a preparação para a profissionalização, até a efetivação do lazer, esporte, saúde e participação política (TRILLA; GHANEM, 2008).

Os educadores, por sua vez, sejam eles da área escolar ou não escolar, necessitam da construção de práticas para além da transferência de conhecimento. Que seja possível a prática voltada para a humanização e para a transformação da realidade, possibilitando que os sujeitos promovam construções políticas, históricas, culturais e sociais ao longo de suas trajetórias de vida.

É necessário reforçar a área da Pedagogia Social, de o educador estar presente no âmbito escolar e não escolar para auxiliar na superação das problemáticas relacionadas às vulnerabilidades e riscos sociais. Não apenas focando no profissional, mas principalmente no sujeito: é preciso observar o escolar como a solução, ao invés de ser problema. É preciso trabalhar em uma visão ampliada do ser.

Reforça-se a educação como oportunidade de vivências, constituindo-se da interação em diversos espaços. Por meio de uma conexão horizontal, de articulações sociais presentes em diferentes espaços, possibilita a aprendizagem e o incentivo das potencialidades dos sujeitos a partir de suas necessidades e interesses em qualquer contexto de convivência social (TRILLA; GANHEM, 2008;

GROPPO, 2013).

No enfrentamento às problemáticas sociais, a formação continuada do educador torna-se essencial para exercitar o seu potencial de reflexão, de criticidade, observação, de maneira a alcançar a sua qualidade de vida profissional e da interação com o escolar. Na relação diária com os grupos, permite incentivar reflexões, construir dimensões que fazem parte da complexidade de trabalhar na comunidade (FREIRE, 1996).

O trabalho educativo é e sempre será uma fonte de aprendizagem inesgotável, envolvendo interesse, sutileza e sensibilidade do educador para práticas que envolvem as dificuldades do escolar e o seu desenvolvimento pessoal/social. Desse modo, o educador precisa “estar junto”, promovendo uma relação horizontal e despertando significados com base na tolerância, no respeito, compromisso e na solidariedade. Para Costa (1997), a interação educador-educando ocorre devido à dialética proximidade-distanciamento, em que corresponde à identificação das problemáticas de maneira empática/significativa enquanto amplia o olhar, observando o que configura o desenvolvimento da ação educativa. Para isso, o educador necessita ser presença educativa (COSTA, 1997) assumindo um papel emancipador de aprendizado prático e teórico.

A Pedagogia Social auxilia nesse processo de atuação do educador, uma vez que pode suscitar discussões dentro e fora dos contextos escolares, atuando no estímulo da convivência social/comunitária e no fortalecimento de vínculos afetivos. Nas escolas, a sociabilidade retrata que “é preciso conhecer, dialogar e interagir com seu entorno para alcançar sua função social transformadora” (MACHADO, 2002, p. 211).

Faz-se necessário questionar o sistema educacional frágil e limitado que hoje se vive. É preciso analisar os contextos dos problemas dos escolares: não se pode conhecer o ser sem compreender o seu contexto e também não tem como conhecer a sua história sem observar/olhar as particularidades. Morin (2000), nesse aspecto, apresenta que a educação se trata de um processo multidimensional, onde o educador precisa ir do complexo para a complexidade: o conhecimento precisa se referir ao global. É o investigar o sujeito, buscar alternativas a partir de tudo aquilo que foi posto/apresentado. É preciso conhecer as humanidades. É preciso um processo de entender as partes para chegar ao todo.

De um ponto de vista ampliado, destaca-se que as ações que o educador pode desenvolver para a prevenção das violências que envolvam os escolares, em seus múltiplos espaços de atuação, são

inúmeras, uma vez que se pode salientar na literatura utilizada o emprego do diálogo, da empatia e do reconhecimento do ser humano enquanto sujeito de direito e de deveres. Atuar com prevenção do abuso de drogas e o *bullying* é voltar-se para a educação preventiva integral, para a Pedagogia Social e para a Cultura da Paz. É estar em relação horizontal com o escolar, é estimular o protagonismo, a interação e, principalmente, a humanização enquanto processo.

4. Considerações finais

A Educação é a via para a transformação do sujeito, para a interação social e a busca da humanização. O educador, por sua vez, seja na escola ou outro espaço social, possui a fundamental função de estimular a prevenção de violências, além de suas outras atuações profissionais. Sua formação teórico-metodológica precisa estar ligada ao contexto da prevenção de desafios envolvendo os diferentes ciclos vitais, tanto para a superação do abuso de drogas, quanto para a diminuição do cenário de outras violências (*bullying*) e riscos e vulnerabilidades sociais.

No âmbito da Pedagogia Social, da Cultura da Paz, há a ação potencializadora da interação social e do estímulo da convivência, em que os educadores poderão exercer ações de prevenção voltadas ao desenvolvimento humano, ampliando o diálogo, respeito, generosidade, tolerância, e a convivência (familiar ou comunitária). A educação preventiva integral, possibilita auxiliar o sujeito para a superação das suas necessidades. No caso do abuso de drogas, por exemplo, é possível que seja observado, constatado, compreendido quais as angústias, anseios, medos e dificuldades e, então, atuar para a tomada de consciência da sua trajetória de vida, da perspectiva de futuro, do seu papel no mundo.

Sobre outras violências, em especial o *bullying* escolar, procurou-se enfatizar que a atuação de educadores precisa atentar-se para as questões voltadas a prevenção, que priorize os valores humanos e a resolução de conflitos, sendo estes aspectos fundamentais para a prevenção das violências que permeiam a escola e os escolares, bem como, a manutenção de uma Cultura de Paz. Pensar em educadores autônomos, participativos e sensíveis é pensar em escolares também com estas características.

Os mecanismos de prevenção devem partir da dinâmica relacional e do trabalho pedagógico, integrando os temas e disciplinas para a formação de um currículo enriquecido, capaz de proporcionar o desenvolvimento humano integral, estabelecendo um espaço para os valores sociais,

culturais e relacionais. Portanto, Pedagogia Social é essencial para a formação de comportamentos altruístas e mais humanos nos educadores, escolares e comunidade em geral.

A educação, como oportunidade de vivências, estabelece conexão horizontal com seus agentes. Educadores e escolares estão em um processo intenso de ensino e aprendizagem, de interação e humanização, de inesgotáveis possibilidades. O que é preciso para reforçar essa prática é a criação de políticas públicas efetivas, capazes de suscitar formações continuadas para que o educador se reconheça como agente de transformação, assumindo um papel emancipador de aprendizado prático e teórico e, o escolar de protagonista, de responsável pela sua história e pelo seu propósito de vida. Educar é também um processo de humanizar.

Notas

1 - "O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.

Referências:

ALMEIDA; Cleide Rita Silvério de; ARONE, Mariangelica. Autoformação, condição humana e dimensão estética. **EccoS – Revista Científica**. São Paulo, n. 43, p. 97-114, mai./ago, 2017.

ARAÚJO, Joselaine de; LUVIZZOTO, Caroline Kraus. Educação Não Formal: a importância do educador social na construção de saberes para a vida em coletividade. **Colloquium Humanarum**, São Paulo, v.9, n. 2, p. 73-78, jun./dez. 2012.

AUTOR. **O bullying segundo a percepção dos estudantes do 5º ano do ensino fundamental**. 2017, 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017b.

_____. **O educador social e o pedagogo escolar na prevenção do abuso de drogas na adolescência**. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017a.

_____. Os direitos humanos e a Cultura da Paz na prevenção do *bullying* escolar na infância.

Publicatio: Ciências Sociais Aplicadas. v. 26 p. 177-188, 2018.

_____. Visão educacional das drogas: orientação para os pais e professores. In: ANDREOLI, Cleverson V.; TORRES, Patrícia Lupion. (Org.). **Complexidade: redes e conexões do ser sustentável.** Curitiba: SENAR - PARANÁ, 2014. p. 377 – 397.

BRASIL. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. **Portal da Legislação.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm. Acesso em: jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.663 de 14 de maio de 2018. **Portal da Legislação.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13663.htm. Acesso em: jan. 2019.

BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humano:** tornando os seres humanos mais humanos. Tradução: André de Carvalho Barreto. Porto Alegre: Artmed, 2011.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Pedagogia da presença:** da Solidão ao encontro. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 1997.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A Família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia.** v. 17, n. 36, p. 21-32. Distrito Federal, 2007.

FANTE, Cléo. **Fenômeno bullying:** como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas: Verus, 2005.

FREIRE, Ana Maria Araújo. Educação para a paz segundo Paulo Freire. **Educação.** Porto Alegre. v. 59, n. 2, p. 387- 393, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** Saberes Necessários à prática educativa. Paulo Freire: Paz e Terra, 1996.

GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano. Bullying e práticas escolares: adaptar ou emancipar? **EccoS – Revista Científica**. São Paulo, n. 41, p. 129-146, 2016.

GROPPO, Luís Antonio. Juventudes e a Educação sociocomunitária: roteiros de investigação. **EccoS – Revista Científica**. São Paulo, n. 32, p. 51-66, set/dez, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009 (PeNSE)**. Rio de Janeiro, 2009.

IBGE. Ministério da Saúde. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2012 (PeNSE)**. Rio de Janeiro, 2012.

IBGE. Ministério da Saúde. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015 (PeNSE)**. Rio de Janeiro, 2016.

LOPES NETO, Aramis Antônio. *Bullying* – comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**. Rio de Janeiro, v. 81 n. 5 p. 164-175, 2005.

_____. **Bullying**: saber identificar e como prevenir. São Paulo: Brasiliense, 2011.

MACHADO, Evelcy Monteiro. Pedagogia e a Pedagogia Social: Educação não formal. In: MACHADO, Evelcy Monteiro, CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo. (Org.). **Pedagogia em Debate**. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2002. p. 01-08.

MORIN, Edgar. Ensinar a compreensão. In: Morin, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 93-102.

OLWEUS, Dan. **Bullying at school: what we know and what we can do**. Oxford: Blackwell, 1993.

ROCHA, Julia Siqueira da. **Violências na escola**: da banalidade do mal à banalização da pedagogia. Florianópolis: Insular, 2010.

SALLES FILHO, Nei Alberto. Educação para a Paz e formação de professores: a resiliência como pilar. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE. 2008, Curitiba. **Anais**. Curitiba: PUCPR, 2008, 3177-3190.

SALLES FILHO, Nei Alberto. Educação para a Paz: saberes necessários para a formação continuada de professores. In: Kelma Socorro Lopes de Matos, Verônica Salgueiro do Nascimento, Raimundo Nonato Júnior. (Org.). **Cultura de Paz**: do conhecimento à sabedoria. Fortaleza: Editora Universidade Federal do Ceará, 2008, v. 1, p. 102-119.

SALMIVALLI, Cristina. Participant role approach to school bullying: implications for interventions. **Journal of adolescence**. v. 22, p. 453-459, 1999.

_____. Bullying and the peer group: a review. **Aggression and violent behavior**. v. 15, p. 112-120, 2010.

_____. Participant roles in bullying: how can peer bystanders be utilized in interventions?. **Journal of Theory into Practice**. n. 53, p. 286-292, 2014.

TOGNETTA, Luciene Regina Paulino. **A formação da personalidade ética**: estratégias de trabalho com afetividade na escola. Campinas: Mercado das Letras, 2013.

_____; ROSÁRIO, Pedro. Bullying: dimensões psicológicas no desenvolvimento moral. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 24, n. 56, p. 106-137, set./dez. 2013.

_____; ÁVILES, José M^a; ROSÁRIO, Pedro; ALONSO, Natividad. Ddesengajamentos morais, autoeficácia e bullying: a trama da convivência. **Revista de estudios e investigación en psicología y educación**. v. 2, n. 1, p. 30-34, 2015.

TRILLA, Jaume; GHANEM, Elie. Pontuando e Contrapondo. In: TRILLA, Jaume; GHANEM, Elie; ARANTES, Valéria Amorim. (Org.). **Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2008. p. 13-55.

UNESCO. **Cultura de paz: da reflexão à ação; balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo**. – Brasília: UNESCO. São Paulo: Associação Palas Athena, 256 p, 2010.

VYGOTSKY. Lev Semenóvich. Historia Del Desarrollo de las Funciones Psíquicas Superiores. In: ZAPOROZHETS. Alexandre Vladimirovich. (Ed.). **Obras Escogidas III: El problema del desarrollo de las funciones psíquicas superiores**. Madrid: Centro de Publicaciones Del Vysor Aprendizaje y Ministerio de Cultura Y Ciencia, 1995. 01– 28.

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO: LIMA, Tatiane Delurdes de; MONTEIRO, Michelle Popenga Geraim; ASINELLI-LUZ, Araci (2019); O educador e a prática de educação preventiva integral; en <http://quadernsanimacio.net> ; n° 30; Julio de 2019; ISSN: 1698-4404